PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR – BAHIA

MENSAGEM Nº 15/2022

Salvador, 29 de setembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor.
Vereador **GERALDO JÚNIOR**
Presidente da Câmara Municipal de Salvador
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa veneranda Câmara Municipal, o anexo Projeto de Lei do Orçamento Anual, que estima Receita e fixa a Despesa do Município do Salvador, para o exercício financeiro de 2023, conforme disposto no inciso III, § 6º, do art.163 da Lei Orgânica do Município.

Mantendo compatibilidade com o Plano Plurianual 2022/2025 e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária 2023, ainda em apreciação nessa Casa Legislativa, a Proposta Orçamentária, que ora se encaminha a essa Casa Legislativa, foi elaborada em estrita observância às normas pertinentes que regem a matéria, com destaque para a Constituição Federal, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e as pertinentes resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, além de incorporar, na sua estrutura, as modificações de fontes de recursos estabelecidas pelas Portarias STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, e STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021.

Respaldado neste lastro constitucional-legal e contextualizado no cenário político, econômico, financeiro e fiscal vigente e prospectado para o País nos exercícios 2022 e 2023, o presente Projeto de Lei, que integra as propostas dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, encontra-se estruturado nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, alcançando todos os Órgãos, Fundos, Empresas e Entidades da Administração Direta e Indireta, informando, nos anexos legais e complementares, os subsídios necessários à leitura ampla e transparente do orçamento proposto para o exercício de 2023.

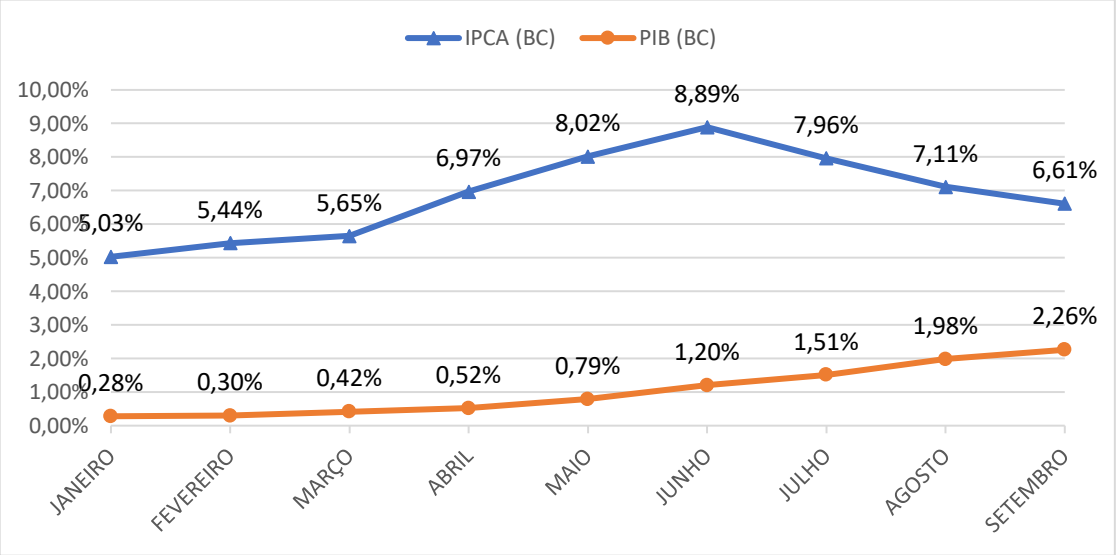
Saliente-se que, em que pese a Proposta Orçamentária ter sido elaborada em um contexto que ainda reflete os efeitos socioeconômicos da crise sanitária provocada pela COVID-19 e os impactos do conflito geopolítico do Leste Europeu sobre a economia mundial e em nosso país, especialmente no segmento energético e no aumento das taxas de juros e do preço de commodities, há que se considerar, que, mesmo nesta ambiência desfavorável, a economia brasileira vem reagindo positivamente, demostrando uma trajetória sustentada não só em 2022, como para os anos subsequentes.

MENSAGEM Nº 15/2022

Com a alta de 4,6% do PIB em 2021, ano em que a COVID-19 ainda provocava estragos e se manifestava em novas ondas de transmissão e contaminação, o País, já contando com o suporte vacinal no combate ao novo coronavírus, recuperou-se da forte retração econômica de 3,9%, registrada em 2020. Esta vigorosa retomada do crescimento da economia permitiu que o País retornasse ao nível da atividade anterior à crise, evidenciando uma recuperação econômica em "V".

Este quadro de recuperação sinaliza a perspectiva de manutenção do crescimento de forma sustentada nos próximos anos, haja vista as projeções mais recentes sobre o desempenho da economia brasileira para este ano e nos que se sucedem. Em 2022, as estimativas já indicam uma alta do PIB superior a 2,0% (BC/Boletim Focus, 05/09/2022), ao passo que, para 2023 e até 2026, espera-se uma taxa anual de crescimento da ordem de 2,5% (PLOA/2023 da União) SPE/ ME. No comparativo global, o Brasil é um dos poucos países no mundo cuja economia está mais acelerada, a despeito do ambiente de incertezas resultantes dos efeitos remanescentes da pandemia e dos reflexos da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Gráfico I – Projeções Macroeconômicas (Banco Central/Boletim Focus)



MENSAGEM Nº 15/2022

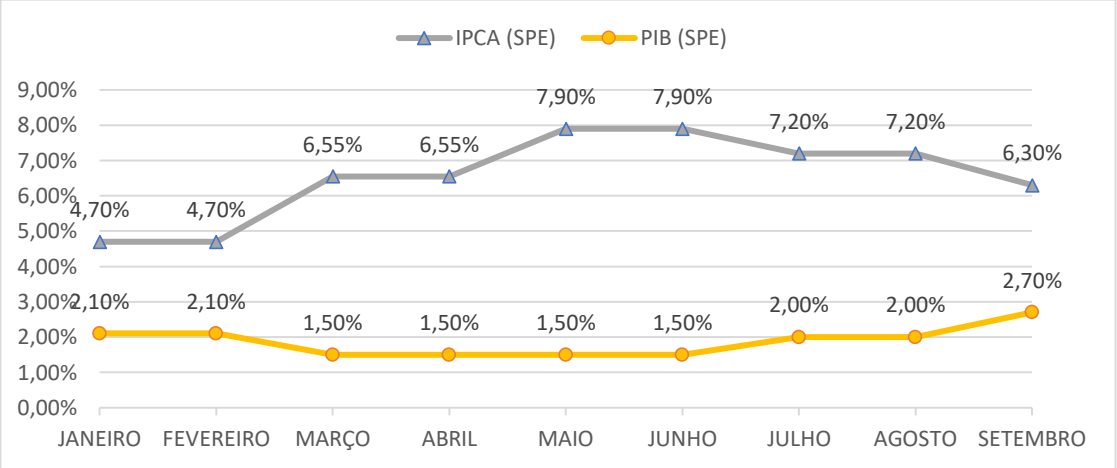


Gráfico II – Projeções Macroeconômicas (Secretaria de Políticas Econômicas / União)

Não obstante a influência desfavorável das elevadas taxas de inflação, em 2021 (10,06%) e no primeiro semestre de 2022 (5,49%), este maior dinamismo da economia nacional vem sendo ancorado no bom desempenho do setor de construção civil, que cresceu 9% no comparativo entre os primeiros trimestres de 2021 e 2022, e de serviços, com alta de 8,8% em relação ao mesmo período de 2021, importando ressaltar aqueles prestados às famílias, conforme dados divulgados pelo IBGE em 01/09/2022. A maior circulação de pessoas e o estímulo ao consumo, tais como a liberação de saques extraordinários do FGTS, a antecipação do 13º salário para aposentados e a ampliação do Auxílio Brasil, além da melhoria do mercado de trabalho, com a geração de novas oportunidades de emprego, são alguns dos fatores que contribuíram para o aquecimento dos serviços.

A capital baiana, por sua vez, com a economia amparada em mais de 60% no segmento de serviços, confirma o aquecimento deste mercado, não só pelo impulso evidenciado nas demandas e ofertas das atividades neste setor, como no registro estatístico do CAGED, que contabiliza no acúmulo do ano, até junho, um saldo de 22.752 empregos formais, o que coloca Salvador, no primeiro lugar entre as capitais do nordeste, na geração de emprego, e a sétima no ranking nacional.

O ótimo desempenho do setor de serviços, especialmente dos serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços (ISS), está refletido no valor bruto declarado nas notas fiscais emitidas por empresas e demais contribuintes prestadores de serviços estabelecidos no Município. Conforme os dados do Sistema Nota Salvador/SEFAZ Municipal, o valor bruto dos serviços declarados pelos contribuintes da capital registraram, em relação a igual período do ano anterior, taxa de crescimento de 8,4% e 16,3% no ano de 2021 e nos seis primeiros meses de 2022, respectivamente, abrindo caminho para um ciclo de crescimento acelerado desse segmento de serviços, e da arrecadação do ISS, principal tributo municipal.

Neste cenário de confiança, mas sem perder de vista a cautela de se administrar possíveis imprevistos para preservar o equilíbrio fiscal e o resultado desejável das contas públicas, assim como viabilizar os compromissos do programa de trabalho assumidos com a sociedade, é que foi concebido o PLOA/2023, estimando receita e fixando despesa

no total de R$ 10.284.563.000,00 (dez bilhões, duzentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e três mil reais), apresentando, em relação ao orçamento inicial do exercício de 2022, um crescimento da ordem de 18%.

Vale salientar que, conforme evidencia o **Quadro I** o incremento na receita verificado entre os exercícios 2022/2023, é fruto, essencialmente, do esforço para elevação da arrecadação própria, das transferências legais e, nas receitas de capital, o reflexo do sucesso auferido pela administração municipal, com a utilização da estratégia de captação de recursos – operações de crédito, convênios e contratos, para viabilizar o programa de trabalho do governo.

QUADRO I
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Receita Estimada

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2022 APROVADA	% Part	2023 ORÇADA	% Part
RECEITA TOTAL	**8.703.094.000**	**100%**	**10.284.563.000**	**100,0%**
I- RECEITAS CORRENTES	**7.248.484.000**	**83%**	**8.721.953.000**	**84,8%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.023.078.000	35%	3.485.192.000	33,9%
IPTU	866.944.000	10%	949.752.000	9,2%
ITIV	229.565.000	3%	276.292.000	2,7%
ISS	1.226.819.000	14%	1.436.732.000	14,0%
Demais Impostos, Taxas e Contr.	699.750.000	8%	822.416.000	8,0%
Contribuições	425.675.000	5%	517.189.000	5,0%
Receita Patrimonial	89.733.000	1%	296.649.000	2,9%
Receita Industrial	100.000	0%	19.000	0,0%
Receita de Serviços	24.344.000	0%	24.191.000	0,2%
Transferências Correntes	3.514.773.000	40%	4.212.601.000	41,0%
FPM	837.833.000	10%	1.208.160.000	11,7%
ICMS	706.757.000	8%	759.920.000	7,4%
SUS	915.137.000	11%	959.422.000	9,3%
FUNDEB	660.000.000	8%	902.864.000	8,8%
Demais Transferências Correntes	395.046.000	5%	382.235.000	3,7%
Outras Receitas Correntes	170.781.000	2%	186.112.000	1,8%
II- RECEITA DE CAPITAL	**1.073.421.000**	**12%**	**1.171.226.000**	**11,4%**
Operações de Crédito	737.158.000	8%	823.568.000	8,0%
Alienação de Bens	104.090.000	1%	30.000.000	0,3%
Transferências de Capital	172.173.000	2%	243.458.000	2,4%

Outras Receitas de Capital	60.000.000	1%	74.200.000	0,7%
III- RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**381.189.000**	**4%**	**391.384.000**	**3,8%**
Contribuições	367.416.000	4%	379.501.000	3,7%
Demais Contribuições	13.773.000	0%	11.883.000	0,1%

Fonte: PLOA 2023

Inobstante a peculiaridade das estratégias utilizadas para os recursos captados, as estimativas das demais receitas pautaram-se na observação das normas legais e critérios técnicos, nos efeitos impactantes dos indicadores macroeconômicos, particularmente o IPCA e o PIB, além das tendências resultantes da avaliação do desempenho dos exercícios vigente e anteriores.

Com efeito, as projeções elaboradas mantiveram o perfil habitual em que as receitas correntes, originárias de arrecadação própria e de transferências constitucionais e legais, figuram com a maior representatividade, correspondendo a 85% do total estimado para 2023, ou sejam, R$ 8,7 bilhões. Deste total, 50% equivalentes a R$ 4,3 bilhões, são receitas diretamente arrecadadas pelo município onde ISS, IPTU e ITIV participam com 62% equivalendo a R$ 2,6 bilhões.

Outro item significativo na composição das receitas correntes são as transferências legais, que representam 48% das receitas correntes, totalizadas em R$ 4,2 bilhões. Nesta categoria, destacam-se os valores esperados para o FPM, ICMS, SUS e FUNDEB, que somam R$ 3,8 bilhões, ou seja, 90% das transferências.

As projeções das receitas correntes em destaque, à exceção do SUS e FUNDEB, que se encontram parametrizadas por critérios técnicos e legais específicos, foram efetivadas tomando como baliza a expectativa da inflação sinalizada para o período 2022/2023, e o crescimento esperado da economia, com os indicadores IPCA e PIB adotados pela União na Proposta Orçamentária, encaminhada ao Congresso Nacional, em 31 de agosto último.

Administrar o desafio de colocar Salvador no cenário de destaque nacional e internacional, não seria possível sustentando os gastos requeridos apenas com recursos de geração própria. Assim, graças a credibilidade alcançada com o árduo trabalho e responsabilidade fiscal, é que temos, ao longo desta última década, podido contar com uma soma expressiva de recursos de operações de crédito e convênios/contratos celebrados com o governo federal, dos quais boa parte originários de emendas impositivas. Para 2023, conforme evidencia o **Quadro I**, esta receita totaliza R$ 1,1 bilhão, dos quais R$ 823,6 milhões de operações de crédito e R$ 243,5 milhões de convênios/contratos.

As operações de crédito envolvem financiamentos contratados ou em estágio avançado de negociação com agências financeiras nacionais e internacionais. Destacam-se, neste leque de financiamentos, os acordos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, totalizados em R$ 204 milhões focados no projeto estruturante de revitalização da Bacia do Mané Dendê e de ações de fomento e dinamização do turismo na capital, o projeto PRODETUR. Com o Banco Mundial - BIRD, financiando com R$ 164 milhões o projeto Salvador Social, a proposta é, sem dúvida, fortalecer as áreas da saúde, educação e assistência social, trilhando a meta de ampliar e melhorar a qualidade dos serviços prestados nessas atividades.

MENSAGEM Nº 15/2022

O financiamento com o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, está previsto com recursos da ordem de R$ 225,3 milhões, para serem aplicados nas áreas de mobilidade, ambiental, tecnológica, cultural e na melhoria da gestão empreendedora. Por sua vez, a carteira financiada com as instituições nacionais, Caixa Econômica – CEF e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES totaliza, para 2023, um volume de recursos da ordem de R$ 229,6 milhões que serão empregados na mobilidade urbana/BRT; em obras de infraestrutura e na melhoria da gestão financeira e operacional do Município.

Some-se a essa amostra o montante de R$ 243,5 milhões de reais, relativos a convênios e contratos de repasses, negociados e/ou em estágio de negociação com o Governo Federal, através dos Ministérios da Cidade, do Trabalho e Previdência Social, da Cultura, do Turismo, da Saúde, do Esporte e do Desenvolvimento Social, para viabilizar a implementação de ações de infraestrutura e equipamentos urbanos, mobilidade, saúde, cultura, cidadania, assistência social e esporte e lazer.

Outro aspecto a ser observado nas Receitas projetadas para 2023 refere-se à leitura por categoria de fonte. Vale salientar que, com o propósito de universalizar a padronização de fontes em todas as instâncias federativas, o Ministério da Economia, através das Secretarias do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, editou, em fevereiro de 2021, as Portarias nº 20 e nº 710, implantando uma nova classificação de fontes de recursos e tornando o seu uso obrigatório, a partir do exercício vindouro.

Esta nova classificação, espelhada nos quadros de despesas que integram o PLOA/2023, embora tenha preservado a agregação configurada no **Quadro II** a seguir, traz para a execução orçamentária um grau elevado de engessamento, na medida em que as fontes de recursos foram estruturadas com identidade e vinculação institucional.

QUADRO II
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Receitas Livres e Vinculadas

R$ 1,00

CATEGORIA	PROPOSTA 2023	% NO TOTAL
Receita Livres do Tesouro	4.323.268.000	42%
Receitas do Tesouro Vinculadas	5.862.222.000	57%
Receita Própria da Administração Indireta	99.073.000	1%
TOTAL GERAL DA RECEITA	**10.284.563.000**	**100%**

Fonte: PLOA 2023

Outra leitura de vinculação de fontes é a que se encontra estruturada no quadro acima. No agrupamento trabalhado, 99%, ou sejam, R$ 10,2 bilhões encontram-se concentrados na categoria Tesouro e 1% correspondendo a R$ 99 milhões em recursos privativos da Administração Indireta, compreendendo: Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes. Dos recursos do Tesouro, 57% são fontes de aplicações vinculadas a despesas específicas, restando ao gestor público a discricionariedade da

aplicação em apenas 42% dos recursos orçados, ou sejam, R$ 4,3 bilhões atribuindo a esse montante, ainda, a alocação de despesas compulsórias.

Saliente-se que, do total de R$ 5,8 bilhões de receita, com aplicação vinculada, R$ 3,7 bilhões estão concentrados em Saúde e Educação. Das demais fontes vinculadas do Tesouro, R$ 667 milhões se destinam ao Fundo de Previdência, enquanto que aproximadamente R$ 1,5 bilhão custeia o Programa de Investimento do Município.

A outra face da Proposta Orçamentária é a alocação da Despesa. Nesta etapa, ressalta-se como peculiaridade do processo, a observância dos aspectos legais que regem a matéria, a vinculação dos gastos com fontes específicas, a escala de prioridade estabelecida à despesa de caráter obrigatório, pessoal, dívida, contrapartidas de operações de crédito e convênios, além da cota parte do custeio necessário ao gerenciamento da administração pública.

Por sua vez, o Programa de Investimento, que deve obrigatoriamente contemplar as prioridades destacadas na Lei de Diretrizes Orçamentária 2023, vem sendo realizado com a disponibilidade residual de recursos do Tesouro, incluindo-se aí os valores captados em organismos financeiros e as fontes de recursos de emprego específico para esta finalidade.

Quanto ao aspecto formal, as despesas encontram-se estruturadas em três categorias de Orçamento: Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento.

Compõem o Orçamento Fiscal todas as propostas de trabalho dos órgãos e entidades, à exceção das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, que integram o Orçamento da Seguridade Social. Por sua vez, o Orçamento de Investimento abriga a proposta da Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos de Salvador – CDEMS, qualificada como empresa pública não dependente.

Não obstante a estruturação da despesa por tipo de Orçamento, a Proposta Orçamentária disponibiliza subsídios analíticos sob diversas óticas, das quais foram selecionados os **Quadros III, IV, V e VI** contendo informações consolidadas que viabilizam a leitura contábil, institucional e programática, focada na função orçamentária e avaliação dos limites de pessoal, confrontados com os parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUADRO III
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesa por Categoria e Grupo de Despesa

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**5.252.411.000**	**3.200.932.000**	**8.453.343.000**
Pessoal e Encargos	2.063.060.000	1.609.008.000	3.672.068.000
Juros e Encargos da Dívida	115.450.000	-	115.450.000
Outras Despesas Correntes	3.073.901.000	1.591.924.000	4.665.825.000
DESPESAS DE CAPITAL	**1.721.567.000**	**89.653.000**	**1.811.220.000**
Investimentos	1.501.417.000	89.653.000	1.591.070.000

Inversões Financeiras	101.572.000	-	101.572.000
Amortização da Dívida	118.578.000	-	118.578.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**20.000.000**	**-**	**20.000.000**
T O T A L	**6.993.978.000**	**3.290.585.000**	**10.284.563.000**

Fonte: PLOA 2023

No Quadro III, as despesas estão agrupadas em duas macro categorias econômicas - Correntes e Capital, e o item de fechamento obrigatório, a Reserva de Contingência.

As Despesas Correntes e de Capital estão estruturadas na observância dos conceitos e normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Assim, como se pode observar, as Despesas Correntes totalizam R$ 8,5 bilhões de reais, participando com 82% do valor orçado para 2023. Neste grupo de despesas estão abrigadas todas as previsões de gasto com pessoal e encargos, que representam 43% das despesas correntes ou sejam R$ 3,7 bilhões de reais; os juros e encargos da dívida vem mantendo ao longo dos últimos anos uma participação de 1% da despesa corrente, correspondendo hoje a R$ 115 milhões de reais. Já as outras despesas correntes, em função da aceleração de retomada do ritmo de normalidade pós-crise pandêmica, registra uma participação de 55% com um montante de R$ 4,7 bilhões de reais.

O grupo Outras Despesas Correntes reúne todos os gastos de custeio administrativo, assim como todas as demais enquadradas contabilmente na categoria de despesas correntes, ainda que vinculadas a projetos e atividades finalísticas. Das Despesas de Capital, R$ 1,8 bilhão correspondendo a 18% do montante orçado, alcança as despesas classificadas como investimentos, R$ 1,6 bilhão; inversões financeiras, R$ 102 milhões e amortização da dívida, R$ 119 milhões.

Complementando o corte dessa estrutura orçamentária temos a Reserva de Contingência, com R$ 20 milhões. Esta reserva consiste num item obrigatório, desvinculado de qualquer critério contábil, econômico, institucional ou programático, cujo propósito é a utilização, quando necessária, para cobrir despesas classificadas como riscos fiscais ou passivos contingentes, conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/2000.

O **Quadro IV**, a seguir, demonstra os limites fiscais da despesa de pessoal de cada Poder. Sob esse aspecto, vale consignar que mesmo se trabalhando com uma margem confortável em ambos os Poderes, essa despesa é submetida a constante avaliação e monitoramento pela gestão, constituindo, inclusive, um dos itens abordados nas audiências públicas quadrimestrais, efetivadas junto ao Legislativo Municipal, pela Secretaria da Fazenda.

Os limites apurados para pessoal, tanto no Legislativo como no Executivo municipal, encontram-se aquém dos limites prudenciais. Porém, vale lembrar que o crescimento da despesa de pessoal não está apenas parametrizado por esses índices. É imprescindível, também, no processo decisório, uma avaliação dos índices atrelada à viabilidade orçamentária e financeira do município.

QUADRO IV
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Avaliação do Limite de Despesa com Pessoal

MENSAGEM Nº 15/2022

R$ 1,00

Poder	Limite Legal	Limite Prudencial	Valor alocado PLOA 2023	Receita Corrente Líquida	Limite atingido %
Legislativo	6%	5,70%	172.376.000	8.445.993.000	2,04%
Executivo	54%	51,30%	2.854.464.000		33,80%

Fonte: PLOA 2023

Na perspectiva Institucional, exibida no **Quadro V**, observa-se para 2023 que cerca de 68% das despesas estão concentradas nos Órgãos incluídos no Orçamento Fiscal e 32% nas Unidades do Orçamento da Seguridade Social. Contudo, sob a ótica do peso institucional, as Secretarias da Saúde, Educação, Ordem Pública, Mobilidade e Infraestrutura representam 66% do total orçado para 2023. Deste percentual, 43% estão alocados em Educação e Saúde, confirmando o compromisso da gestão em conferir a essas áreas tratamento prioritário. Há de se destacar que, apesar das dificuldades no equacionamento para atender de forma satisfatória as inúmeras demandas e compromissos assumidos com a sociedade, o governo tem envidado todos os esforços ao seu alcance para elevar, em cada exercício, a destinação de recursos à Educação e Saúde, cuja aplicação supera em muito os limites legais estabelecidos.

Quanto às Secretarias de Ordem Pública, Mobilidade e infraestrutura, a expressividade das despesas concentra-se na limpeza urbana e iluminação pública, na gestão do trânsito, em intervenções na infraestrutura viária e em projetos que contam com recursos de captação interna e externa, a exemplo do BRT e do Novo Mané Dendê. Já a Secretaria de Gestão e a de Cultura e Turismo, com 11% de participação, têm seus orçamentos vinculados aos pagamentos previdenciários e a implementação de projetos que integram o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo de Salvador – PRODETUR, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

QUADRO V
Demonstrativo da Despesa Consolidada por Órgão
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Exercício 2023

R$ 1,00

ÓRGÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Câmara Municipal do Salvador	248.213.000		248.213.000
Secretaria de Governo	87.724.000		87.724.000
Gabinete do Vice-Prefeito	3.856.000		3.856.000
Procuradoria Geral do Município	73.207.000		73.207.000
Casa Civil	25.609.000	29.780.000	55.389.000
Sec. Municipal da Fazenda	290.653.000		290.653.000
Sec. Municipal da Saúde		2.219.758.000	2.219.758.000
Sec. Municipal da Reparação	6.592.000		6.592.000
Sec. Municipal de Gestão	61.103.000	737.018.000	798.121.000

Sec. Municipal de Sustentabilidade e Resiliência	64.213.000		64.213.000
Sec. Municipal da Educação	2.186.563.000		2.186.563.000
Sec. Municipal de Ordem Pública	983.831.000		983.831.000
Sec. Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer	20.237.000	254.176.000	274.413.000
Sec. Municipal de Mobilidade	629.486.000		629.486.000
Sec. Municipal de Cultura e Turismo	311.086.000		311.086.000
Sec. Municipal de Manutenção da Cidade	173.613.000		173.613.000
Sec. Municipal de Comunicação	75.818.000		75.818.000
Sec. Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude	27.098.000	49.853.000	76.951.000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda	97.443.000		97.443.000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	130.039.000		130.039.000
Sec. Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	746.570.000		746.570.000
Controladoria Geral do Município de Salvador	17.634.000		17.634.000
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	139.381.000		139.381.000
Encargos Gerais do Município	574.009.000		574.009.000
Reserva de Contingência	20.000.000		20.000.000
TOTAL	**6.993.978.000**	**3.290.585.000**	**10.284.563.000**

Fonte: PLOA 2023

Na avaliação da Despesa por Função, **Quadro VI**, confirma-se, mais uma vez, o compromisso do governo com a Área Social, na medida em que as funções Saúde, Educação e Assistência Social representam 46% do total da despesa orçada. Por outro lado, a função Urbanismo, com um perfil eminentemente transversal, totaliza R$ 1,9 bilhão, representando 19% do total orçado e agrega intervenções em: mobilidade urbana, incluindo transporte e trânsito, saneamento, micro e macro drenagem, requalificação de orla, iluminação pública, construção e reforma de equipamentos públicos, estabilização de encostas, dentre outros.

De igual modo, a função Administração, com uma participação de 6%, está distribuída em todos os órgãos, especialmente, na grade programática das ações destinadas ao pagamento de pessoal e custeio. Já a função de Previdência Social, concentrada no Fundo Municipal de Previdência do Servidor – FUMPRES, representa, sozinha, 7% no total do orçamento previsto para 2023.

MENSAGEM Nº 15/2022

QUADRO VI
Demonstrativo da Despesa Consolidada por Função
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Exercício 2023

R$ 1,00

FUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Legislativa	248.213.000		248.213.000
Judiciária	73.207.000		73.207.000
Administração	606.182.000		606.182.000
Segurança Pública	118.695.000		118.695.000
Assistência Social		333.809.000	333.809.000
Previdência Social		737.018.000	737.018.000
Saúde		2.219.758.000	2.219.758.000
Trabalho	57.132.000		57.132.000
Educação	2.186.563.000		2.186.563.000
Cultura	155.193.000		155.193.000
Direitos da Cidadania	44.669.000		44.669.000
Urbanismo	1.897.374.000		1.897.374.000
Habitação	134.612.000		134.612.000
Saneamento	46.787.000		46.787.000
Gestão Ambiental	37.042.000		37.042.000
Ciência e Tecnologia	171.152.000		171.152.000
Agricultura	600.000		600.000
Indústria	23.036.000		23.036.000
Comércio e Serviços	215.565.000		215.565.000
Comunicações	75.818.000		75.818.000
Transporte	413.087.000		413.087.000
Desporto e Lazer	9.712.000		9.712.000
Encargos Especiais	459.339.000		459.339.000
Reserva de Contingência	20.000.000		20.000.000
TOTAL	**6.993.978.000**	**3.290.585.000**	**10.284.563.000**

Fonte: PLOA 2023

Considerações sobre o Programa de Trabalho

A leitura de uma Peça Orçamentária não se restringe aos cortes legal, econômico e contábil, apresentados nos demonstrativos da Receita e Despesas. Para que se tenha uma avaliação ampla da Proposta é imprescindível que se agregue a esses componentes a visão de planejamento, objetivada no Programa de Trabalho proposto para o exercício de referência. É sob essa ótica que se pode afirmar ser o orçamento anual a ferramenta executiva de planejamento de Governo.

Nesta perspectiva, e mantendo a gestão municipal pautada nos princípios do planejamento estratégico, tático e operacional, sem perder de vista o rigor do equilíbrio

das contas públicas, é que tem sido possível vivenciar com satisfação, ao longo desses últimos 11 anos, um vigoroso e inquestionável crescimento da capital baiana, mesmo não tendo sido poupada dos efeitos adversos da crise pandêmica da COVID-19.

Sustentar um crescimento contínuo, com fôlego necessário e requerido pelo cidadão soteropolitano, administrando um cenário de recursos limitados para atender às inúmeras e urgentes demandas, necessárias e imprescindíveis ao desenvolvimento social, ambiental, tecnológico e econômico de Salvador, tem sido, para o gestor da capital, um dos maiores desafios que vem requerendo não apenas habilidade no equacionamento dos recursos, mas, sobretudo, na estratégia de priorização do atendimento, preservando o equilíbrio e o nível de satisfação possível e desejável.

Convicto de que é dever da gestão potencializar os avanços alcançados e impulsionar o crescimento e desenvolvimento da cidade do Salvador, consolidando a modelagem de metrópole contemporânea e sustentável, é que o governo municipal tem empregado todos os esforços para investir na melhoria dos indicadores sociais e econômicos, na infraestrutura e mobilidade urbana, na geração de emprego e renda, no estímulo ao turismo, na preservação da cultura, e, especialmente, na identidade do soteropolitano com sua cidade.

Não obstante o conjunto de intervenções que vem sendo realizado com vistas ao alcance desses objetivos, é na área social que vem sendo aportado o maior volume de recursos, expressando a prioridade do governo. Para 2023, estão previstos a aplicação de recursos da ordem de R$ 4,7 bilhões, dos quais R$ 3,0 bilhões concentrados em pessoal e custeio para gestão das atividades da área e R$ 1,7 bilhão canalizados para os investimentos.

A educação foi uma das áreas mais atingidas com o isolamento no período da pandemia. Retomando o curso da sua regularidade, pretende-se consolidar na cultura educacional do Município o uso pedagógico da ferramenta digital, cuja proposta será viabilizada com a disponibilização, até o final deste exercício, de 106 mil *tablets* aos alunos do ensino fundamental I e II e 7.500 *chromebooks* aos professores da rede municipal. O uso da tecnologia digital vai, certamente, favorecer ainda mais a participação do aluno em tempo integral, com atividades remotas.

A ampliação da oferta de vagas assim como a melhoria da qualidade do ensino são metas que estão no radar da prioridade da Pasta, sendo sistematicamente monitoradas e ajustadas com vistas a atingir os compromissos estabelecidos pelo governo. Assim, além da ampliação da rede municipal de escolas direcionadas ao ensino fundamental, creches e pré-escolas, o Município, para atender às demandas represadas, utiliza a estratégia de aquisição de vagas na rede privada, com o projeto Pé na Escola, e estabelece também parcerias com escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais. Por meio destas alternativas, em 2023, na pré-escola e creches serão atendidos 32.400 alunos. Já na Rede própria, serão investidos R$ 234,9 milhões de reais para a construção/reconstrução e reforma de 55 unidades escolares, das quais 11 CMEIS e 44 Unidades de Ensino fundamental, promovendo uma ampliação de oferta de vagas no total de 3.700.

O esforço do governo não se esgota apenas na cobertura do atendimento. A melhoria da qualidade do ensino é, sem dúvida, uma das bandeiras sustentadas pela administração e que pode ser visualizada nos resultados da recente divulgação do IDEB/2021, em que, de acordo com os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos de

MENSAGEM Nº 15/2022

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Salvador superou a meta do MEC nos anos iniciais do ensino fundamental, atingindo o índice de 5,4, o que lhe permitiu sair da 15ª posição, entre as capitais brasileiras em 2019, para 14ª. Nos anos finais, o resultado foi também acima da meta do MEC, passando de 4,3 em 2019 para 4,7 em 2021, assumindo a 15ª posição no ranking das capitais. Some-se a esse avanço o resultado último da pesquisa PNAD/IBGE/2019, que coloca Salvador como a primeira capital brasileira na taxa de escolarização da pré-escola, atingindo o estágio de universalização nas idades de 4 e 5 anos.

Agregue-se aos esforços que refletem os avanços contabilizados nos indicadores do IDEB, o processo de monitoramento e avaliação sistemática do desempenho dos alunos. Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação vem contando com o apoio financeiro do Banco Mundial, através do Programa Salvador Social, tendo como compromisso principal a alfabetização na idade certa e a redução da distorção idade-série, promovendo, inclusive a implementação de uma sistemática de avaliação interna para alunos de 2º, 3º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, com o objetivo não só de acompanhar o desempenho e o monitoramento do currículo, mas, principalmente, identificar os pontos críticos de estrangulamento do aprendizado no sentido de interferir e restabelecer o curso e dar os encaminhamentos necessários à consecução da meta desejada.

A saúde, por sua vez, esteve nestes dois últimos anos administrando no *front* a crise aguda da pandemia. Com a redução elevada do número de casos e óbitos relacionados à COVID-19, esta atividade vem retomando sua atuação na linha da normalidade, buscando assegurar o atendimento satisfatório e de qualidade à população soteropolitana. Assim, dos R$ 2,2 bilhões destinados a essa área, no orçamento de 2023, R$ 974,5 milhões, ou sejam 44%, estão canalizados aos investimentos na prestação de serviços e na ampliação da rede de atendimento.

Nesta perspectiva e engajada no princípio de cobertura universal, o governo continua no firme propósito de canalizar esforços para ampliação do atendimento da atenção Básica. Assim, em 2023 a meta é saltar de um índice de cobertura atual da ordem de 53,7% para 65,6%, perseguindo o atingimento dos 100% nos próximos anos. Com esse compromisso, destaca-se nesta Proposta a construção de mais quatro Unidades de Saúde da Família - USF e quatro Centrais de Abastecimento Farmacêutico (CAF), o que viabilizará o avanço na cobertura e acessibilidade na oferta de serviços.

Dando suporte à urgência e emergência, o governo municipal atenderá uma antiga reinvindicação da comunidade com a construção de uma unidade de Pronto Atendimento (PA), em Ilha de Maré, e mais uma UPA localizada no bairro de Cajazeiras.

Some-se a essas iniciativas a assistência pré-hospitalar móvel, que contará com mais duas bases descentralizadas do SAMU em dois distritos sanitários (Barra/Rio Vermelho e Subúrbio), ampliando a capacidade da rede em garantir a tempestividade do atendimento e a redução do número de óbitos.

Vale ressaltar que o período pandêmico e pós pandemia de Covid-19 trouxe uma demanda crescente de cuidados, principalmente nas áreas de saúde mental e da atenção especializada. Frente a essa constatação, foi incorporada como meta de 2023, ampliar a assistência às pessoas com transtornos mentais. Para tanto, a proposta é investir na implantação de duas Residências Terapêuticas, um CAPS infantil, um PA psiquiátrico, um CAPS III e na requalificação de quatro CAPS tipo II para CAPS III.

MENSAGEM Nº 15/2022

Outra questão de importância fundamental absorvida pelo governo como de atendimento imediato vem a ser a necessidade do Município disponibilizar um serviço de reabilitação, para atender, principalmente, pacientes com sequelas pós-COVID ou com comprometimento decorrente da Síndrome Congênita associada dente outras, ao Zika vírus e Chikungunya. Dessa forma, o orçamento 2023, contempla a implantação de um Centro Especializado em Reabilitação CER, tipo IV, visando ampliar o leque de opções e acesso à população usuária desses serviços.

Já na atenção especializada, a proposta é não só reformar e ampliar dois Multicentros de Saúde (Vale das Pedrinhas e Adriano Pondé), como requalificar os Serviços de Atenção Especializada (SAE) Marymar Novaes e São Francisco.

Focada ainda no fortalecimento da rede de atenção à saúde e na ampliação da oferta de serviços prestados ao cidadão soteropolitano, a Prefeitura traz, no bojo da sua proposta, a implantação de uma Maternidade em Cajazeiras e a ampliação do Hospital Municipal, criando mais vagas e mais serviços.

Como novidade na atuação da saúde animal, incorpora-se ao leque desses investimentos a construção do Hospital Veterinário no distrito sanitário Pau da Lima - Canabrava, demonstrando também o compromisso do governo com a Promoção à Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal.

É incontestável que o compromisso com o social vem sendo uma das principais bandeiras destas três últimas gestões, priorizando uma atenção especial às camadas menos favorecidas da população, para as quais vem sendo canalizados investimentos no sentido de minimizar os efeitos perversos acarretados por situações de crises, cujos impactos diversos, especialmente econômicos, recaem de forma direta e imediata sobre essa faixa populacional, vulnerável e dependente do acolhimento, amparo e assistência do Poder Público para sua sustentabilidade.

Com esse propósito, o governo municipal, além das intervenções na linha assistencial, vem investindo no fortalecimento da cidadania e elevação da autoestima desse estrato, com programas voltados à oferta de condições dignas de habitação, acesso ao esporte e lazer, criação de oportunidades competitivas, dentre outras iniciativas.

Neste sentido, o Orçamento de 2023 reserva uma soma de recursos da ordem de R$ 264 milhões destinados à implementação de ações voltadas a essas finalidades, que são viabilizadas pelas Secretarias de: Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer; Reparação; Políticas para Mulheres, Infância e Juventude, e, no segmento habitação, amparado na Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas.

Destacam-se nos programas de trabalho que envolvem esses segmentos a Implantação de mais uma unidade do CADÚNICO, no sentido de agilizar e ampliar a capacidade de atendimento à população vulnerável, que necessita de benefícios sociais, como Bolsa Família e Aluguel Social; a reforma de 08 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e a implantação de mais uma Unidade, em Fazenda Coutos, visando intensificar a intervenção preventiva de assistência e fortalecimento de vínculos; implantar mais duas Unidades Socioassistenciais de Proteção Especial – CREAS, para o acolhimento e tratamento com a reabilitação de pessoas com problemas, a exemplo de drogas e alcoolismo; a concessão, através do Programa Primeiro Passo, de bolsas

no valor de R$ 81,50, beneficiando 20 mil crianças não atendidas na rede regular de ensino.

Em relação à promoção da cidadania, a Proposta para o exercício vindouro contempla um conjunto de intervenções afirmativas, voltadas às comunidades quilombolas, no combate ao racismo, à discriminação e à promoção da igualdade racial, bem como à promoção da cidadania LGBTQIA+. Para 2023, propõe-se ampliar para 1.250 vagas o curso preparatório do ENEM, beneficiando alunos matriculados da rede pública. Nesta linha de intervenção, é relevante salientar a implantação da Casa da Mulher Brasileira, cujo objetivo maior é investir no amparo, proteção e restabelecimento da cidadania da mulher desamparada e vítima de violência, disponibilizando serviços multidisciplinares, inclusive de ordem jurídica e psicológica, e preparando-a, mediante capacitação, para inserção no mercado de trabalho.

Adicione-se a esse conjunto de ações focadas na inclusão social e promoção da cidadania do soteropolitano, nossa preocupação em viabilizar uma condição digna de habitabilidade e investir no esporte e lazer nas comunidades. Assim é que o Orçamento de 2023 reserva R$ 93,4 milhões para habitação, canalizando R$ 42,8 milhões para o Programa de Melhoria Habitacional, que beneficiará 15 mil domicílios, além de viabilizar novas habitações para 1.400 famílias e a regularização fundiária de 6 mil imóveis.

Já na linha dos esportes e lazer está prevista a revitalização de 100 equipamentos esportivos, mobilizando aproximadamente 50 mil pessoas com a dinamização e o fomento ao esporte, incluindo-se a promoção de 20 programas de atividade esportiva em equipamentos como a arena aquática.

Outro grande desafio diz respeito ao fortalecimento da base econômica da cidade, abalada sensivelmente nesses dois últimos anos pela crise aguda da COVID-19. No particular, o governo propõe atuar em duas vertentes: uma, com retorno imediatista, voltada ao restabelecimento e sustentabilidade dos pequenos e micro empresários, e outra focada num salto, mais estratégico, para o de crescimento e desenvolvimento da economia do Município, com perspectiva de retorno a médio e longo prazos.

Neste sentido, foi possível orçar no PLOA/2023 recursos da ordem de R$ 81,3 milhões, que serão investidos na concessão de créditos a microempreendedores, na oferta de diversos cursos para formação de 10 mil profissionais, contando inclusive com a Universidade Digital, para capacitação na área tecnológica, na persecução da meta de acelerar a economia com atração de pelo menos 150 milhões de investimentos privados, no avanço dos estudos e implementação de ações para instalação de um novo Polo Logístico, assim como fortalecer a estratégia de Parcerias Público Privadas para viabilizar investimentos que dinamizem a economia local.

Por sua vez, a cultura e o turismo da capital baiana, que são referências no contexto nacional e internacional, vêm sendo reconhecidos como um dos ícones potencializadores nestas últimas gestões. A preservação do patrimônio não se esgota em si mesmo, pelo que este segmento vem sendo tratado também como um vetor econômico de elevado potencial e retorno para nossa cidade.

Assim é que se vem investindo nesses segmentos no sentido de fortalecer o polo cultural e turístico de Salvador que conta, em 2023, com R$ 263,8 milhões de reais para implementar o seu Programa de Trabalho, dos quais R$ 63,1 milhões, financiados

pelo BID, para o Programa PRODETUR e R$ 72,1 milhões pela CAF, através do Programa PROQUALI.

Destacam-se ainda no Programa de Trabalho dessas áreas a ampliação do Complexo Cidade da Música da Bahia, a requalificação do Elevador Lacerda e a recuperação de 11 monumentos públicos e espaços culturais, bem como, na orla marítima, a requalificação do trecho Stela Mares/Flamengo/Ipitanga e o trecho Boca do Rio/Pituaçu/Piatã.

Somem-se a essas obras as programações artístico-culturais, materializadas no calendário de festas populares e eventos de iniciativas como o Vem pro Centro, o Pelourinho Dia e Noite e o Boca de Brasa. Através de recursos próprios e da captação de recursos das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, também serão investidos mais de R$ 33,1 milhões no Programa Arte em Toda Parte e no Fomento à Produção Cinematográfica.

Para preparar a cidade nos padrões de metrópole contemporânea não se pode perder de vista questões como mobilidade urbana, ágil, segura e confortável e o saneamento básico aceitável pelos seus habitantes. Neste sentido, destaca-se o Projeto de Implantação de Corredores de Transportes Públicos Integrados – BRT, estruturado em três etapas e que conta, para 2023, com recursos financiados pela Caixa Econômica da ordem de R$ 83 milhões. As primeira e terceira etapas – trechos Iguatemi / Parque da Cidade e Parque da Cidade / Pituba - serão entregues ainda neste exercício. O trecho dois Parque da Cidade / Lapa, iniciado em 2022, tem previsão de entrega até o primeiro semestre de 2024.

Como obras acessórias atreladas ao BRT, visando a melhoria da trafegabilidade, prevê-se ainda o investimento da ordem de R$ 174,9 milhões para as obras de construção os Viadutos do DETRAN, da Rótula do Abacaxi e a ligação Santa Cruz Pituba, Além de R$ 60,7 milhões na requalificação de novas outras vias.

O saneamento básico, sustentabilidade e segurança ambiental são outras questões que integram a pauta estratégica das prioridades do governo. Assim é que a presente Proposta Orçamentária destina R$ 67,2 milhões para investimentos em obras de micro e macrodrenagem em pontos de alagamentos, estabilização de encostas e aplicação de geomantas.

Ainda em saneamento, destaca-se com especial importância o Projeto Mané Dendê, no subúrbio ferroviário, que tem como proposta uma intervenção estruturante na área, alcançando, dentre outras ações, o saneamento básico, a urbanização, a melhoria habitacional, a formação de consciência da preservação ambiental e até mesmo a promoção e fomento à geração de renda das famílias beneficiadas. Este projeto, que conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, está orçado, para 2023, em R$ 216,9 milhões, sendo R$ 140,7 do BID e R$ 76 milhões de contrapartida do Município.

Outro aspecto que tem merecido atenção especial desta gestão é a manutenção da cidade, com o propósito de disponibilizar aos cidadãos soteropolitanos as condições de habitabilidade desejável, contando com qualidade de serviço de limpeza urbana, conservação de vias e espaços públicos, micro drenagens, limpezas de canais, poda de árvores e iluminação pública dentre outros. Para tanto, em 2023 estão orçados recursos

da ordem de R$ 702,8 milhões, dos quais R$ 541,6 milhões concentrados na limpeza urbana.

Finalmente, há de ressaltar que as propostas que integram o presente Projeto de Lei e os impactos de transformação que, com orgulho, temos vivenciado em nossa cidade, traduzem a conduta do governo, pautada nos pilares de excelência na gestão pública e no compromisso com o equilíbrio e a eficiência fiscal, buscando na racionalidade, eficiência e eficácia dos processos e gastos públicos atender cada vez melhor a sociedade soteropolitana.

Desse modo, Senhor Presidente, ao encaminhar a Vossa Excelência a Proposta Orçamentária de 2023, com os fundamentos legais e os subsídios necessários para análise e apreciação dessa Casa Legislativa, aproveito a oportunidade para cumprimentar Vossa Excelência e seus dignos Pares, reafirmando minha crença no propósito comum de fazermos da nossa amada Cidade do Salvador uma metrópole à altura das expectativas dos nossos concidadãos: moderna, justa, agradável e acolhedora.

Atenciosamente,

BRUNO SOARES REIS
Prefeito